

Agroecologia: A Experiência do Acampamento Che Guevara do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Pernambuco/Brasil.

VASCONCELOS, Gilvânia O. zoogil@hotmail.com; SILVA, André A. andrealmeid@bol.com.br; COSTA, Francisco. francisco_costa9@yahoo.com.br. Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Resumo

Geralmente, em áreas de acampamentos, na tentativa de produzir, os agricultores se sentem limitados por diversos problemas como: a má qualidade do solo, a falta de crédito para investir e, como consequência a insegurança alimentar. Este trabalho objetiva registrar as ações que contemplam a experiência no acampamento Che Guevara com práticas agroecológicas, localizado no município de Jurema - Pernambuco. Em parceria com ONGs e Ministério do Desenvolvimento Social, foram desenvolvidos projetos para diversificação da produção na perspectiva da agroecologia, como estratégia para garantir a soberania e segurança alimentar, entre 2006 a 2008. O público alvo foi os núcleos de famílias do acampamento. Os resultados foram a sensibilização e a conscientização sobre a mudança nas práticas produtivas, o respeito ao meio ambiente e o consumo de alimentos saudáveis, havendo a multiplicação da experiência em outras áreas do MST em Pernambuco.

Palavras-chave: Segurança alimentar, agroecossistema e MST.

Contexto

Um dos fatores preocupantes na ocupação de uma área passiva para a reforma agrária é a implantação do novo paradigma da produção quanto cultura camponesa e estratégia econômica da reprodução familiar.

Por essa razão, há uma preocupação de já no acampamento trabalhar o desenvolvimento de sistemas coletivos de produção familiar. Na área do agreste meridional está o acampamento Che Guevara, escolhido como uma área para desenvolver uma proposta estruturante e emancipadora de promoção da segurança alimentar e nutricional, na perspectiva da agroecologia, para estas famílias que se encontram em situação de exclusão social.

São ações formativas, organizacionais e produtivas direcionadas aos núcleos familiares para a estruturação de atividades agro-alimentares, cultivo de plantas medicinais e recomposição da cobertura vegetal no entorno das áreas ocupadas.

Este trabalho objetiva registrar as ações que contemplam a experiência no acampamento Che Guevara com práticas agroecológicas, onde foram desenvolvidos dois projetos: O primeiro de "*Segurança alimentar, nutricional e produtiva nos acampamentos e pré-assentamentos da reforma agrária no semi-árido de Pernambuco*". E o segundo é o "*Programa de Incidência Popular para um Desenvolvimento Rural Agroecológico no Brasil*".

Esses projetos tinham como objetivos reduzir a dependência das famílias em relação as cestas básicas de alimentos, distribuídas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, na medida que vão sendo estruturados os sistemas coletivos de produção diversificada, e incidir nas políticas de soberania alimentar através da agroecologia.

O trabalho foi feito no sistema coletivo, onde envolveu os núcleos de famílias (cada núcleo composto por 10 famílias) e seus respectivos membros, tanto para a diversidade da produção vegetal (culturas para alimentação humana e animal: banana, macaxeira, graviola, inhame, batata doce, feijão, milho, coentro e outros), assim como para os criatórios de pequenos animais

Resumos do VI CBA e II CLAA

(caprino-ovinocultura e galinha caipira).

A diversificação produtiva está como elemento primordial para a segurança e à soberania alimentar, além da mobilização e participação das famílias, e compõem o processo de construção da agroecologia no acampamento Che Guevara, localizado no município de Jurema, agreste meridional, localizado a 193km do Recife.

Descrição da experiência

Projeto 1: Segurança alimentar, nutricional e produtiva nos acampamentos e pré-assentamentos da reforma agrária no semi-árido de Pernambuco

A situação inicial encontrada no acampamento passou pela constatação da insegurança alimentar das famílias acampadas em Pernambuco.

Foram observadas as seguintes carências: sem produzir alimentos; sem recursos para adquirir alimentos; sem utensílios e orientação para uma alimentação saudável; com dietas insuficientes e não balanceadas; sem acompanhamento técnico e gerencial; sem recursos para implantar atividades produtivas coletivas.

As famílias acampadas foram mobilizadas para construir o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), que diagnosticou as tendências produtivas, sócio-econômicas e hídricas, a cadeia de consumo alimentar e seus valores culturais. As oficinas de técnicas de manejo animal e vegetal, tendo como base os princípios da agroecologia, têm criado uma reflexão por parte das famílias, que apontam para sustentabilidade da vida humana. Envolveram-se no projeto todos os jovens, mulheres e homens das 45 famílias acampadas. O projeto teve financiamento por 24 meses (2006 a 2008), e foi fruto de uma iniciativa financiada pelo Ministério Desenvolvimento Social – MDS, junto com a Cáritas Brasileira Regional NE II em articulação com Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Projeto 2: Programa de Incidência Popular para um Desenvolvimento Rural Agroecológico no Brasil

Os agricultores da região são incentivados a produzir alguns produtos voltados para mercados potenciais, ou, devido a falta de infra-estrutura e crédito, produzem de forma pouco diversificada, concentrando-se nas culturas de macaxeira, inhame, feijão, milho, batata doce.

O projeto veio de encontro as expectativas dos pequenos agricultores e as demandas da sociedade, pois priorizou a diversificação (genipapo, fruta pão, graviola, coentro, cebolinha, alface, maracujá, tomate silvestre, açaí e iniciaram a piscicultura) e a soberania alimentar, a geração de renda, a produção de alimentos de qualidade para o produtor e o consumidor, além de promover o respeito ao meio ambiente e a harmonia do homem com a natureza.

O foco do projeto foi os jovens acampados e filhos/as de acampados, num total de 30 pessoas, que atuaram como agentes responsáveis pela multiplicação dos conhecimentos a cerca da agroecologia e soberania alimentar tanto para o acampamento, como para outras áreas do MST em Pernambuco. O projeto teve financiamento por 15 meses (julho 2007 a dezembro 2008). Resultado da parceria Cooperação Sueca (UBV) e MST-PE.

Resultados

Resumos do VI CBA e II CLAA

O incentivo que o acampamento vem recebendo, tem reforçado a organização e mobilização das famílias em torno de uma nova proposta de produção mais sustentável para o planeta. Os projetos estabelecem acordos de convivência, onde os núcleos de famílias definem coletivamente o trabalho produtivo, assim como a socialização do conhecimento construído e o excedente da produção com outras famílias acampadas.

Segundo Caporal e Costabeber (2007), a Agroecologia não oferece uma teoria sobre desenvolvimento rural, sobre metodologias participativas e, tampouco, sobre métodos para a construção e validação do conhecimento técnico, mas busca nos conhecimentos e experiências já acumuladas, ou através da investigação-ação participativa ou do diagnóstico rural participativo (DRP), por exemplo, um método de intervenção que, além de manter coerência com suas bases epistemológicas, contribua na promoção das transformações sociais necessárias para gerar padrões de produção e consumo mais sustentáveis.

Outra questão pertinente é que precisamos pensar a agricultura familiar dentro das estratégias de desenvolvimento sustentável. Para Veigas (2005), lembra que precisamos entender o desenvolvimento como algo para a *liberdade*: "(...) reconhecer o papel das diferentes formas de liberdade no combate às absurdas privações, destituições e opressões existentes em um mundo marcado por um grau de opulência" (p. 33). O desenvolvimento que reflete a liberdade consiste em que a maioria da sociedade (enorme população de excluídos) tenha acesso aos bens sociais como emprego, alimentação de qualidade, saúde, educação, lazer, habitação e saneamento.

Durante a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, se discutiu a reforma agrária como peça importante para garantir o desenvolvimento local sustentável e a segurança alimentar como uma das ferramentas imprescindíveis. Foi falado que a fase de acampamento é o melhor momento de motivar, incentivar a produção coletiva para a segurança alimentar. Uma entrevista cedida a Carta Maior, um militante do MST, vem ratificar;

(...) da forma que as políticas públicas estruturam os assentamentos – lotes e créditos individuais para cada assentado –, o trabalho em torno da segurança alimentar fica prejudicado. É por isso, explica, que os acampamentos do MST são os melhores espaços para desenvolver uma cultura de segurança alimentar e nutricional, pois, como as áreas são coletivas neste momento, fica mais fácil desenvolver uma produção coletiva e diversificada que aponte para a garantia de uma prática agrícola sustentável, com vistas à qualidade nutricional dos hábitos alimentares (GLASS, 2007, p. 2)

A vulnerabilidade a insegurança alimentar e nutricional é uma característica que se manifesta de forma recorrente em meio das famílias pobres. Sobre segurança alimentar e nutricional, Freitas (2007) comenta:

A segurança alimentar e nutricional é uma questão política na medida em que é um direito social a ser assegurado pelo Estado, um direito cidadão que afaste a ameaça de fome. Ter acesso ao alimento de qualidade, cultivar hábitos alimentares saudáveis, etc. são questões que pertencem ao universo micro-social e que se confundem ou refletem as dimensões macro-econômicas e políticas. Desse modo, qualquer que seja o projeto de segurança alimentar e nutricional para as multidões famintas do Brasil, será real para os sujeitos, se for sustentado por uma política segura de redistribuição de renda e não vulnerável num tempo provisório que logo se esgote (FREITAS, 2007, p. 2).

Hoje, após a conclusão dos dois projetos acima apresentados, as famílias acampadas conseguem compreender a importância social e política do modo de produção agroecológica e

Resumos do VI CBA e II CLAA

inclusive ter argumentos para sensibilizar outras famílias camponesas com seus depoimentos e produção diversificada.

Quando os técnicos chegaram aqui com essa conversa de produção diversificada, confesso que fiquei desconfiado, porque estava acostumado a plantar as culturas separadas (AGRICULTOR A).

Hoje, vejo a diferença na alimentação de minha família. Antes, a produção muitas vezes, nem dava para alimentar e o lucro era pouco, o dinheiro conseguido nem dava para comprar comida direito nem custeava a nova produção. Agora não, tenho comida para minha família, futuramente para vender na feira e ainda tenho consciência de que preciso cuidar do meio ambiente, senão eu e meus descendentes seremos os mais prejudicados (AGRICULTORA B).

Cuidar do meio ambiente não só não desmatar e não queimar. Mas, é saber que somos parte deste ambiente. Diversificar a produção é ajudar ao meio ambiente se recuperar, por isso estamos introduzindo em nossa área espécies frutíferas que já haviam sido extintas dessa região, tais como: a fruta pão, a graviola e o genipapo (AGRICULTORA C).

Através destes projetos, apoiados pelo governo federal (MDS) e a ONG – Cáritas, movimentos sociais vêm legitimar a importância de se criar oportunidades para que os excluídos possam mostrar suas potencialidades produtivas e desenvolver uma conscientização socioambiental.

Dessa forma, os agricultores acampados construíram uma esperança de uma vida melhor, associada a uma experiência bem sucedida de desenvolvimento sustentável. Através destes dois projetos, também se constatou uma elevação da sua auto-estima, ânimo ao coletivo e maior identidade com as propostas discutidas, além da alegria em ter seu trabalho valorizado, gerando renda.

Com a experiência da organização, conquistaram o conhecimento e a possibilidade da formação constante. As resistências encontradas para desenvolver o trabalho coletivo nos núcleos de famílias foram superadas, ao longo do tempo, com o aparecimento dos primeiros resultados da produção.

Referências

CAPORAL, F.R. e COSTABEBER, J.A. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2007.

VEIGA, J.E. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

GLASS, V. Reforma agrária e agroecologia são destaque de Conferência em Fortaleza. *Carta Maior*. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=14450&editoria_id=5> Acesso em: 30 jul. 2007.

FREITAS, M.C.S. *Segurança alimentar e nutricional – algumas considerações*. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/2005/09/10.shtml>>. Acesso em: 30 jul. 2007.